

Fugir ao dilema

JAYME MAGRASSI DE SÁ



ma economia monetária, o esforço de poupança exige que a ele se dedique tratamento muito cuidadoso e atilado. Não é molestado-o ou liquidando a confiança quer no ato de poupar, quer no agenciamento das poupanças realizadas, que o país alcançará os recordes que precisa alcançar. Essa realidade negativa será bastante também para afugentar poupanças alienígenas e, mais do que isso, para tornar a economia nacional um corpo enfermo a isolar-se num cenário universal em que os grandes traços são os gigantes movimentos financeiros e a acirrada disputa por capitais investíveis. Num cenário, aliás, em que as aglutinações econômicas — Europa Ocidental, EUA/Canadá, Japão/Oriente longínquo, ex-área comunista etc. — passarão a requerer e mobilizar doses maciças e crescentes de investimento e de tecnologias inovadoras e renovadoras das relações econômicas, sociais e até mesmo políticas.

Daí a angústia de sentir-se que o atual plano econômico, sobre ter castigado a poupança e retirado confiança da guarda ou gerenciamento financeiro dessa poupança, parece constituir algo considerado completo e acabado, princípio e fim em si mesmo, com a auréola de artificial inflação igual a zero e liquidez que se diria menor do que zero.

Há que se fugir do dilema que se revela em estado de gestação —ou inversões perto de zero ou, novamente, o grosso dos investimentos a realizar-se via agências estatais. Será, no caso dessa última via, um retorno às origens, talvez sob condições ainda mais cerradas do que as que vinham

ocorrendo. Se a via for a da inversão zero ou perto de zero, teremos o agravamento do atraso relativo em que já nos encontramos, a recessão, quiçá depressão profunda, e um clima sócio-político tendente a deteriorar-se progressivamente.

Como fugir desse dilema? Só existem dois caminhos. O primeiro, rude, áspero, inclemente, e que ninguém deseja, é o das reações sociais com os desdobramentos naturalmente penosos que lhe são iminentes. O segundo é uma tomada de consciência realística por parte do agente-governo, devolvendo ao país a normalidade da mecânica econômica e financeira, a confiança na administração oficial e a volta ao diuturno. Orientação a vigorar uma vez concluído o período de choque.

Essa devolução tem como fulcro o desbloqueio da poupança confiscada, gradual e seletivo, comandado ou orientado pelos requisitos da remonetização. Sem isso, o desaguamento fatal será sob a forma de uma inundação de cruzeiros, emitidos ao sabor das dificuldades e das ânsias do plano, e com o que não se evitará a recessão, quiçá a depressão, podendo reiniciar-se, ao mesmo tempo, pérfido processo de reinflação.

Sente-se, e mais do que se sente, observa-se que o conjunto do plano foi, e desnecessariamente, superior não só à capacidade de absorção orgânica do contexto sócio-econômico, como à do gerenciamento operacional do anquilosado contexto administrativo que gerou. A máquina federal está em prático estado de

exaustão funcional e o sistema financeiro prescrutando, com uma espécie de lanterna de Diógenes, os possíveis abalos econômicos em potencial.

São visíveis as dimensões já atingidas, em curtíssimo período, pelas emissões de papel-moeda, as medidas de delicada emergência e a imprecisão de caminhos que deflui de declarações controversas de autoridades diversas. Tudo indica não ter havido qualquer tipo de checagem ou amostragem prévia do que tenderia a ser o "day after" 16 de março. E tudo se inclina agora para indicar que a truculência do plano foi formato concebido, na quase undécima hora, para configurar a olímpica figura de um tiro só.

Ansiava-se no país por um governo com autoridade e credibilidade, e um programa econômico enérgico que levassem a nação a recompor-se e a retomar o processo de desenvolvimento. Mas não a ação profundamente traumatizante, a antipoupança, a gestão ansiosa e casuística na economia e, sobretudo, o que se poderia chamar de fantasia dos zeros —inflação aparente e iliquidez efetiva. A perplexidade pré-existente mudou apenas de forma.

Mas ainda está em tempo de reanimar-se o quadro nacional, se realista e eficaz passar a ser a administração do plano e de seus inexoráveis desdobramentos. Na mecânica econômica não existem figurações. Ou se a estrutura com base na ordenação e na confiança, ou se produz um cadinho de reações negativas, cujo somatório consubstanciará a nulificação do processo evolutivo; ou, mais grave, a gestação de um longo processo involutivo.

Safimos, no Brasil, de um período presidencial estigmatizado pela incompetência e a lassidão. Que o presidente da República não permita que percorramos um lustro de procedimentos inorgânicos no âmbito da economia e no contexto da administração federal.

JAYME MAGRASSI DE SÁ, 57, economista, foi presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), professor da PUC-RJ, Fundação Getúlio Vargas (RJ) e Instituto Rio Branco (DF).

AJ10-935

O vulto das inversões que o país precisa realizar para assegurar crescimento do PIB compatível com as dimensões e a multiplicidade de seus problemas de fundo são de tal ordem que condenam as fantasias de interpretação e as distorções ou figurações analíticas sobre a realidade nacional.

Colocar as tensões inflacionárias sob controle é um episódio relevante, mas não se esgota em si mesmo. Representa um saneamento conjuntural, uma mudança de expectativas, uma recomposição de atitudes, julgamentos e propensões. Vale, e muito, como passo inicial para algo bastante mais complexo e amplo, que é uma política consistente de desenvolvimento, assumido, por definição, o princípio do crescimento auto-sustentado, a incorporação maciça de tecnologias vanguardistas e modificações estruturais de grande espectro e nada fortuitas.

Ao nível atual do PIB, o Brasil carece investir anualmente entre US\$ 105 bilhões e US\$ 110 bilhões para assegurar-se um progresso econômico e social efetivo. Os setores fundamentais —infra-estrutura, produções industriais básicas, agricultura e mineração— devem requerer algo igual ou superior a uns 70% do total de investimentos, ou cerca de US\$ 70 bilhões a US\$ 75 bilhões, restando, para tudo o mais, uns US\$ 30 bilhões a US\$ 35 bilhões. Esses números compõem um esforço global de poupança da ordem de 26% do PIB, mínimo indispensável tendo em vista o alto custo do capital real, o elevado preço de tecnologias novas, os dispêndios com a incorporação dessas tecnologias aos processos produtivos e o peso das inversões na infra-estrutura social —habitação, saneamento básico, equipamentos urbanos, educação etc.

Considerando a situação demográfica e social do país, em que ao crescimento populacional ainda da ordem de 1,7% a.a. se justapõe um estado de pobreza crua, com 2/3 da população sem ostentar sequer a condição de agentes efetivos de consumo nu-